

Crónica sem dor

Ideias que não colam



Rui Tavares

A escrita da história, tal como eu a entendo, não serve para ganhar as discussões do presente, mas para construir um entendimento com as pessoas que habitavam o passado. Não me entendam mal: eu gosto das discussões do presente, e por isso mesmo escrevo nestas páginas, e gosto tanto de tentar ganhá-las como as outras pessoas que nelas participam. Mas

por alguma razão, enquanto historiador, fui preferindo épocas e temas em que não tenho de defender ou atacar os sujeitos do passado, mas simplesmente interessar-me por eles.

O meu olhar sobre as polémicas do regicídio é assim oblíquo. Tenho aí um livro em co-autoria (com a Maria Alice Samara, que é verdadeiramente especialista na época) em que tentei interpretar as ilustrações do atentado na imprensa da época. Mas no geral tenho aprendido mais do que ensinado, e assim está bem. Não sei o suficiente sobre o assunto para decidir as questões, mas apenas para ouvir a repetição de algumas ideias e perguntar-me sobre se colam ou não.

A primeira dessas ideias feitas é a de que existia em 1908 um país real, que é o da província que não se interessava por política, e um país artificial que era o dos cafés de Lisboa, onde se discutiam ideias artificiais vindas do estrangeiro.

Em primeiro lugar, nenhuma visão de nenhum país justifica decretar que os grandes centros urbanos, motores de ideias e da economia, não fazem parte do país real – como essa Lisboa que crescera imparavelmente durante todo o século XIX à custa de uma província que enviava milhares de braços para as maiores cidades, e para o Brasil. Foi assim que chegaram à capital os regicidas Manuel Buíça e Alfredo Costa que, não esqueçamos, era um transmontano e o outro alentejano.

O corolário desta ideia é o de que, uma vez que a política lisboeta era "artificial", o próprio republicanismo e o regime republicano implantado em 1910 eram "artificiais" e impostos a um país naturalmente conservador e monárquico. Ora isto omite a revolta republicana do 31 de Janeiro, ocorrida no Porto quase 20 anos antes. Como não explica a implantação "por telégrafo" e com pouca oposição da República, a menos que se aceite a ideia radical (e para mim muito tentadora) de que o novo regime não era afinal mais artificial do que a monarquia que o antecederá.

Se as ideias novas são artificiais e o país real não muda, conclui-se que as alterações de regime são sempre deploráveis, porque interrompem o curso natural das coisas. Diz-se: se Dom Carlos tivesse sobrevivido ao atentado, teria feito de nós uma Inglaterra, liberal mas amante da ordem – tal como se diz que, se não tivesse havido 25 de Abril, o marcelismo teria evoluído para uma democracia. Ora isto é muito bonito, mas nem o marcelismo final nem a ditadura de João Franco eram regimes em vias de abertura, mas em erosão e retracção acelerada, e recolhendo-se no autoritarismo.

Tomar os regimes pelo fim não nos permite explicar uma coisa, ou pelo menos reflectir sobre ela: tanto o reinado de Dom Carlos I (que durou 20 anos) como o Estado Novo (que durou 48 anos) tiveram tempo mais do que suficiente para evoluir "naturalmente". Por que não o fizeram então?

Tomar os regimes pelo fim não nos permite explicar uma coisa, ou pelo menos reflectir sobre ela: tanto o reinado de Dom Carlos I (que durou 20 anos) como o Estado Novo (que durou 48 anos) tiveram tempo mais do que suficiente para evoluir "naturalmente". Por que não o fizeram então? Pelos vistos, pretende-se que os regimes não evoluem para sociedades abertas por culpa das oposições – e não da cegueira dos próprios regimes ou do egoísmo das elites que beneficiavam deles. É verdade que, se não houvesse oposições, não haveria necessidade de sociedade aberta. Mas aqui, francamente, estamos perante mais uma ideia que não cola.